

**A IDENTIDADE NACIONAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: Coleção
Projeto Araribá**

NATIONAL IDENTITY IN HISTORY TEXTBOOKS: Araribá Project

Daliane Kulmann Rodrigues¹
Gabriel da Rosa Etcheverria²
Thiago Abrelino Paula dos Santos³
Edson Romário Monteiro Paniagua⁴

Resumo: O presente estudo busca analisar através da pesquisa dos livros didáticos de História da Coleção Projeto Araribá - Editora Moderna, PNLD 2017-2019, a concepção de identidade nacional expressa através do conteúdo do livro. Didática, pedagogia, identidade nacional, livro didático são conceitos interligados dentro da perspectiva da construção de um projeto político cultural de um Estado, estando muitas vezes ligado a uma política governamental para criar uma esfera patriótica em volta da Nação e auxiliar o governo a deliberar o seu projeto de política de Estado. Esta forma de construção ocorreu no Brasil. O artigo é apresentado em três momentos. Primeiramente traçamos um histórico da construção do livro didático e as percepções tanto quanto ao uso como para construção de uma identidade nacional através do seu conteúdo. Em seguida, procuramos traçar o papel do historiador como uma fonte prática de criação e execução de uma identidade nacional dentro deste processo macro. Por fim analisamos uma coleção de livros didáticos contemporâneo que segue a diretriz do PNLD para observarmos se existe uma construção de uma ideia de identidade nacional através dos conteúdos sobre a história do Brasil e que tipo de identidade possa passar através do texto escrito e iconográfico.

Palavras-chave: Livro Didático; Identidade; História.

Abstract: This study seeks to analyze through the research of the History textbooks of the Projeto Araribá Collection - Editora Moderna, PNLD 2017-2019, the conception of national identity expressed through the content of the book. Didactics, pedagogy, national identity, textbook are interconnected concepts within the perspective of the construction of a State's cultural political project, being often linked to a government policy to create a patriotic sphere around the Nation and assist the government to deliberate the it is state policy project. This form of construction took place in Brazil. The article is presented in 3 moments. First, we trace a history of the construction of the textbook and the perceptions as much as to the use and to the construction of a national identity through it's content. Then, we seek to trace the role of the historian as a practical source of creation and execution of a national identity within this macro process. Finally, we analyze a contemporary textbook collection that follows the PNLD's guideline to see if there is a construction of an idea of national identity through the contents about the history of Brazil and what kind of identity can pass through the written and iconographic text.

Keywords: Identity, Didactic, History.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Humanas, pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa, campus São Borja. Pesquisa sobre Ciências Humanas e Interdisciplinaridade. dkrodrigues97@gmail.com

² Graduando do curso Licenciatura em Ciências Humanas, pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Pesquisa sobre Ciências Humanas e Interdisciplinaridade. E-mail: gabrel.etccheverria@gmail.com

³ Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Humanas, pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa, campus São Borja. Pesquisa sobre Ciências Humanas e Interdisciplinaridade. dossantosthiago610@gmail.com

⁴ Prof^o Dr^o Edson Romario Monteiro Paniagua. Prof^o Adjunto da Universidade Federal do Pampa, campus São Broja/RS – Brasil. Pesquisa sobre Ciências Humanas e Interdisciplinaridade. E-mail: edsonpaniagua@unipampa.edu.br

INTRODUÇÃO

A análise do livro didático é uma tarefa imprescindível ao docente, cabendo isto para adequação de sua metodologia em sala de aula através dos materiais de apoio. Sabendo disto, para assimilar o papel do livro didático é preciso entender a importância da didática no papel de construir o conhecimento.

Procuramos através deste artigo verificar a presença de uma (ou várias) identidades presentes nos livros didáticos de história. Para isto, procuramos evidenciar o desenvolvimento do livro didático no Brasil como uma política de governo, trazendo uma reconstituição histórica desde a era do Império até a contemporaneidade, para abranger a compreensão a respeito de como este objeto teve sua importância na formação de uma identidade nacional através da educação de jovens e adultos.

Como objeto de pesquisa, a coleção escolhida para a análise minuciosa foi da Editora Moderna – Projeto Araribá do PNLD 2017, que ainda está em vigor sendo o ano de 2019 o último ano de utilização. A explicação para o nome da coleção dos livros de acordo com Apolinário (2011, apud DA SILVA, Jeferson 2012, p.105) “Araribá é o nome de várias espécies de árvores de grande porte, nativas do Brasil. Escolhemos esse nome porque queríamos uma palavra e um objeto identificados com as nossas raízes indígenas, além de a palavra produzir um efeito sonoro que nos agradava”.

A análise procurará desvendar qual tipo de identidade nacional é exposta através do conteúdo referente a história do Brasil; se o uso da iconografia corresponde ao texto e se auxilia na compreensão de uma identidade nacional.

Estes questionamentos são alguns dos levantados durante a disciplina de Prática Docente IV⁵, e permearam ao longo deste artigo o nosso pensamento na busca da compreensão através da prática da pesquisa sobre o livro didático o projeto de identidade nacional que se pode haver subjetivamente dentro de um corpo do texto.

HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL – DO IMPÉRIO A CONTEMPORANEIDADE

No campo da História, uma das prioridades iniciais presente desde o séc. XIX, é de manter através do ensino da história uma nação unida, ligar as pessoas a configuração do sentimento de pertencimento nacional. É através de uma visão liberal, que o Estado nacional

⁵ Componente curricular do curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Universidade Federal do Pampa

brasileiro inicia a busca por montar uma coesão no conhecimento da população a fim de formar uma identidade nacional. Conforme Nadai:

Portanto, a grande mutação do século XIX foi esta: “a história é a árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são portadoras”. No Brasil, a constituição da história como “matéria de pleno direito” no dizer de Furet ocorreu no interior dos mesmos movimentos de organização do discurso laicizado sobre a história universal, discurso no qual a organização escolar foi um espaço importante das disputas então travadas entre o poder religioso e o avanço do poder laico, civil (NADAI, 2001, p. 24.).

Desde o Império é demonstrada a importância da educação “para todos” com propósito moralizador, civilizador e com objetivo modificar na população socialmente vulnerável comportamentos discriminados pelo Estado e até mesmo dar a esta população mais pobre a “oportunidade de crescer socioeconomicamente”, isto através de escolas de formação de trabalhadores urbanos. Circe Bittencourt em sua tese discorre:

A reforma liberal do paulista Leôncio de Carvalho, quando ministro de Estado, para quem a instrução deveria ser destinada a “todas as classes da nossa sociedade” como forma de evitar o vício e o crime, de diminuir as despesas do Estado com hospitais, asilos e cadeias. A escola primária seria um instrumento de moralização do povo. [...] A escola de formação de trabalhadores urbanos serviria como “remédio contra os efeitos da crise social, para afugentar a miséria e como meio de moralizar o povo – porque o operário que lê e que se instrui, que reflete e que discute, afasta-se da taberna para aproximar-se da caixa econômica” (BITTENCOURT, 1993, p. 37).

O livro didático é o material que exemplifica o propósito educacional de uma nação, é o manual norteador dos interesses do Estado sobre o aprendizado dos jovens e adultos na educação pública principalmente, procurando uma unidade entre os conhecimentos e valores transmitidos a fim de corresponderem com as expectativas esperadas pelo governo.

O interesse do Estado na construção do livro didático de História que compoñha os conhecimentos considerados apropriados para a manutenção do processo de identidade do povo enquanto os propósitos nacionais têm como início a época imperial, por intelectuais inspirados pelo iluminismo, influência esta direta da Europa, principalmente das concepções francesas e alemãs e de acordo com Bittencourt (p. 19) podendo até mesmo traduzir alguns dos manuais que existiam nas nações consideradas mais cultas e desenvolvidas neste aspecto.

Contudo, como podemos observar, não se detinha um ideal nacional concreto sobre a educação de modo que a história nacional fosse também um conteúdo estudado pela população brasileira. É a partir do final do séc. XIX, com o advento da república e de ideias nacionalista que a preocupação com uma educação e a história nacional fosse um conhecimento a ser

disseminado pelo espaço geográfico do país. Circe Bittencourt em sua tese que aborda o livro didático traz uma declaração de José Verissimo onde este demonstra sua posição diante de uma nacionalização da educação brasileira, principalmente no campo histórico:

São os escritores estrangeiros que, traduzidos, [...] fazem a educação de nossa mocidade. [...] Os meus estudos feitos de 1867 a 1876 foram sempre em livros estrangeiros. Eram portugueses e absolutamente alheios ao Brasil os primeiros livros que li. [...] Neste levantamento geral, que é preciso promover a favor da educação nacional, uma das mais necessárias reformas é a do livro de leitura. Cumpre que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, [...] e pelo sentimento nacional que o anime. (VERISSIMO, 1985, p. 54-55 apud. BITTENCOURT, 1993, p. 20, 1993).

Este ideário nacionalista toma maior proporção com a consolidação da república, principalmente na Era Vargas, com as mudanças promovidas pelos então ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema. Neste período diversos setores da sociedade (militares, igreja, intelectuais – principalmente da escola nova) divergiam na concepção de como o Estado deveria lidar com a educação dos jovens, contudo, convergiam que era papel do Estado promover uma pedagogia patriótica, que moldasse a moral dos jovens direcionando seu pensamento para a construção do Estado, diante do novo contexto mundial, assim buscando a construção de uma identidade nacional (Wendt, 2015).

Neste panorama, a História seria objeto de grande atenção, pois é através dela que tenta imbuir um sentimento patriótico e como Hall (2006) afirma, através das simbologias e representações que a ideia de uma nação vai tomando forma e sendo inserida no pensamento do ser:

“As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50).

É na Era Vargas que é implementado o primeiro programa pensado propriamente ao livro didático, conhecido como Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) e fundado em 1938. A comissão tinha como papel analisar as obras dos autores e editoras, criando uma espécie de lista dos livros considerados apropriados para o ensino para que assim os professores tomassem orientação na hora da escolha do livro didático (Luca, 2009 apud Matos, 2012). Além

disso, criava uma diretriz para que os autores e editoras a fim de que tivessem suas publicações aceitas pelo governo, deveriam seguir esta série de prescrições.

Art. 20. Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito, ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas à personalidade humana. (Decreto-Lei nº 1.006, 1938, p. 4 apud. MATOS, 2012, p. 61).

Com apoio do livro didático a disciplina de História com base na Lei Orgânica do Ensino Secundário – Lei 4.244, de 1942, tinha como caráter dar ênfase numa pedagogia voltada ao patriotismo. Como é expresso no inciso primeiro do artigo 24.

§ 1º Para a formação da consciência patriótica, serão com frequência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, ser postas em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil. (Decreto-Lei Nº 4.244, 1942).

Deste modo, fica evidente a preocupação do Estado Novo na consolidação de uma identidade nacional com caráter patriótico, com um propósito de criar no jovem um espírito servil a sua nação. No ponto de vista do mercado, ao mesmo tempo que o Estado propõe uma construção de uma identidade nacional, com a Comissão Nacional do Livro Didático - CNLD ele busca fomentar o incentivo da indústria editorial, o que cria um comportamento mercadológico em cima da produção do livro didático, com autores e editoras focados propriamente na produção de materiais didáticos – livros, com objetivo do governo colocar suas edições como aptas e elas ganharem mercado.

No período de 1964 até 1988, a produção e concepção do livro didático ficou a cargo da CNME – Campanha Nacional de Material de Ensino, posteriormente Fename – Fundação Nacional de Material Escolar, este órgão parte do MEC ficou encarregado de administrar e até mesmo editar obras (livros didáticos, atlas, etc.) e outros materiais de ensino (canetas, lápis, etc.), isto motivado pela crítica do alto preço do material didático e também para suplantarmos um ensino deficitário em diversas regiões do país. A Fename promovia obras de caráter cívico, moral, promovendo o ideal militar como projeto de nação e uma identidade nacional patriótica.

A Fename foi considerada, progressivamente, uma instituição que incentivava o sentimento de brasilidade, em razão da divulgação de obras sobre a língua nacional, obras morais e cívicas [...] Os autores das obras didáticas eram docentes de colégios tradicionais do ensino secundário - Colégio Pedro II, Instituto de Educação, escolas das Forças Armadas - e professores de colégios experimentais criados nos anos 1950 - Colégio de Aplicação da UFRJ e Colégio Nova Friburgo da FGV; [...] As publicações da Fename demonstravam a participação de autores que pertenciam a diferentes lugares de poder: docentes de instituições que desde o século 19 eram considerados lugares legitimados para a produção de discursos sobre a educação secundária, bem como de docentes de novas instituições, das Faculdades de Filosofia, das cadeiras de Didática e dos colégios experimentais, que buscavam se tornar novos lugares de produção discursivas sobre a escola e os saberes escolares. (FILGUEIRAS, 2015, p. 98-99).

No período de redemocratização, o então presidente José Sarney assina o decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, dando a criação do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Programa este vigente até os dias atuais onde teve como propósito inicial de acordo com Matos (2012) de tirar o ideal autoritário dos regimes militares passados, também através de outras legislações e decretos procurar oferecer um material didático de acordo com o contexto, obedecendo uma série de legislações (CF, LDB, 10.639/03, 11.645/08, etc.). Como está no edital do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2018:

De acordo com o artigo 35 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96), “O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.” (BRASIL, Edital PNLD 2018, p. 30).

No campo da História destaca-se alguns pontos que o PNL D considera importante que as obras didáticas contenham, cito alguns:

- c. compreende a escrita da História como um processo social e cientificamente produzido, que desempenha funções na sociedade, possibilitando não só a apropriação do conhecimento histórico, como também a compreensão dos processos de produção desse conhecimento e do ofício do historiador, fazendo uso de práticas condizentes no conjunto da obra; [...]
- e. explicita as opções teórico-metodológicas (histórica e pedagógica), apresentando coerência entre essas intenções, o desenvolvimento dos textos principais, textos complementares, atividades, ilustrações, evitando abordagens desarticuladas entre o texto principal e as seções;
- f. evidencia coesão entre os textos, imagens e atividades, fazendo referência objetiva e constante aos pressupostos metodológicos assumidos, auxiliando o professor e o estudante na sua utilização; [...]
- i. estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência histórica e a pluralidade social de maneira respeitosa;
- j. aborda os preceitos éticos na sua historicidade, evitando, assim, que eles fiquem subsumidos a mandamentos morais e cívicos que não condizem com os objetivos educacionais atuais, nem tampouco com o atual estágio de produção do conhecimento histórico; [...]
- l. apresenta fontes variadas quanto às possibilidades de significação histórica, como diferentes tipos de textos, sítios de internet, relatos, depoimentos, charges, filmes, fotografias, reproduções de pinturas, e indica possibilidades de exploração da cultura material e imaterial, da memória e das experiências do espaço local;
- m. oferece imagens devidamente contextualizadas, acompanhadas de atividades de leitura e interpretação, referenciando sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico;
- n. está isenta de situações de Anacronismo, que consiste em atribuir aos agentes históricos do passado razões ou sentimentos gerados no presente, interpretando-se, assim, a história em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas;
- o. está isenta de situações de Voluntarismo, que consiste em aplicar a documentos e textos uma teoria a priori, utilizando a narrativa dos fatos passados, ou presentes, apenas para confirmar as explicações já existentes na mente do autor, oriundas de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos, acríicos ou pseudocientíficos; (BRASIL, Edital PNL D 2018, p. 46-47).

Deste modo pode-se conseguir refletir a transformação do pensamento tanto sobre o livro didático quanto a construção de uma identidade nacional através de uma pedagogia voltada a inserção de um espírito imbuído de uma identidade nacional construída pelo Estado. Como diz Hall (2006), “uma comunidade imaginada”, ou, diversas comunidades imaginadas ao longo da história do Brasil.

O PAPEL DO HISTORIADOR NA CONSTRUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

A editora chefe da coleção Projeto Araribá, Maria Raquel Apolinário é Bacharel e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP), e possui doze anos de experiência como professora de história na rede estadual e municipal de São Paulo. Com isso

devemos levar em conta o seu conhecimento sobre as necessidades de dentro da sala de aula, o que o material didático auxilia a suprir ou deveria. Sua experiência dentro da sala de aula acrescenta muito para a elaboração não só do Projeto Araribá, mas também para o Projeto Pitangüá, livros didáticos para séries iniciais em que Maria Apolinário também participa da elaboração.

A valorização do perfil do historiador e a importância das fontes históricas é algo extremamente importante de ser incentivado em sala de aula, é algo que o discente irá levar por toda a trajetória de sua vida e poderá utilizar em diversas disciplinas. Sempre foi comum ter a história como algo desprezível, pessoas questionando sobre qual é a importância de saber o que já aconteceu em um passado distante, mas não compreendem que a história é uma fonte riquíssima de conhecimento e que com ela compreendemos coisas do presente e até mesmo o que pode ocorrer no futuro.

Concebemos história como o estudo da experiência humana no passado e no presente. A história busca compreender as diversas maneiras como homens e mulheres viveram e pensaram suas vidas e a de suas sociedades, através do tempo e do espaço. Ela permite que as experiências sociais sejam vistas como um constante processo de transformação; um processo que assume formas muito diferenciadas e que é produto das ações dos próprios homens. [...] Por isso, a história ensina a ter respeito pela diferença, contribuindo para o entendimento do mundo em que vivemos e também do mundo em que gostaríamos de viver (FONSECA, 2003, p. 40).

No livro didático do 6º ano a identidade cultural é inserida nos objetos da antiguidade, como urnas, pontas de flechas e outros materiais usados no dia a dia. Esse tipo de fonte só é possível a partir de um conjunto de fatores até chegar no historiador, como a arqueologia, a preservação do patrimônio e a documentação. O patrimônio histórico é a base para uma reconstrução da consciência histórica do homem, tanto na memória individual quanto na coletiva.

Outro ponto importante para o historiador são as fontes históricas, ser historiador está ligado com o conhecimento, que de acordo com Pinsky (2008) “necessita da sensibilidade no tratamento das fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso”. As fontes históricas são constituídas de documentos, fotos, objetos, pinturas, roupas, etc. São marcas deixadas pela existência das pessoas. Essa diversidade de fontes auxilia no reconhecimento de vários aspectos de uma história, por isso é importante que durante uma pesquisa, o pesquisador busque o máximo de fontes possíveis. A história oral é uma importante fonte histórica imaterial, pois elas possibilitam o registro da história antiga na qual ainda não foi registrada, e é

importante realizar esses registros para que essas histórias orais não se percam com o passar do tempo.

Na construção do material didático o historiador tem uma grande influência, é através dele que podemos recorrer às fontes históricas. A formulação de uma identidade de nação passa pelas mãos dele. De acordo com Choppin:

É no decorrer dos anos 1970, que os historiadores começam a manifestar um real interesse pelo livro e pela edição escolares. O fim da década testemunha essa tomada de consciência com a publicação, quase concomitante, de contribuições que sublinham a importância que revestiu o manual como fonte para os historiadores da educação, em diferentes países (CHOPPIN, 2002, p. 11).

CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE NACIONAL – ANÁLISE DA COLEÇÃO

A construção de uma identidade pode ser atribuída pela forma de como é estruturada a narrativa histórica dos fatos. Portanto é uma criação moderna, pois começa a ser construída a partir do século XVIII e seu desenvolvimento completo ocorre a partir do século XIX. Uma nação é feita de um rico legado de lembranças, ela é uma herança simbólica e material. Portanto, falar de identidade nacional, é algo que nos remete ao passado e faz com que nos identifiquemos com o lugar onde moramos. Encontramos uma forma de identidade comum entre todos, porém com diferentes hábitos e costumes.

A cultura no Brasil é muito diversificada, pois nos deparamos com a cultura indígena, afrodescendente e de imigrantes europeus. O grande divisor de águas, se assim podemos dizer, é o fato de que: “A identidade nacional é construída, dialogicamente, a partir de uma autodescrição da cultura. Dois grandes princípios regem as culturas: o da exclusão e o da participação” (FIORIN, 2009, p. 115).

Para entendermos todo este processo, é importante frisar que o processo de formação de uma cultura depende dos integrantes da comunidade e suas características que carregam como heranças de gerações passadas. Desta forma, Laraia nos traz a seguinte conceituação:

Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante. (LARAIA, Roque de Barros. 2006, p. 59)

Entendermos o conceito de cultura, torna-se fundamental para compreender a história. A cultura europeia sempre foi retratada de uma forma natural a ponto de tornar-se algo comum na sociedade, isso se implica na construção histórica, pois a chegada dos portugueses em terras desconhecidas é muito mais relevante e palpável nos livros didáticos, do que a história indígena. Isso faz valer a construção da história na visão de quem foi excluído e quem a construiu, pois correntemente a história é contada de uma maneira concentrada em alguns aspectos e em outro vemos uma lacuna, como por exemplo, historiografia acerca dos povos indígenas.

A exaltação de heróis, e momentos marcantes da história, são retratados de forma tradicional nos livros didáticos, como por exemplo; Dom Pedro I, às margens do riacho Ipiranga, proclamando a Independência, rompendo com o império português. Essas imagens de lutas e batalhas, causam mobilização no imaginário da população. A construção de “heróis” é fundamental para a concepção da narrativa de uma identidade. No entanto, como a narrativa é construída dialogicamente, o outro lado por vezes é esquecido ou tratado de forma muito trivial.

A coleção Projeto Araribá retrata além do conteúdo tradicional, a identidade indígena no Brasil, por mais que a história seja de forma integrada, contada simultaneamente com os acontecimentos no Brasil e Europa, o livro sai um pouco da visão do eurocentrismo, e traz abordagens sobre o povo indígena desde Pindorama⁶ até os dias atuais. Seus costumes, hábitos e crenças, explicados de forma resumida, porém detalhada, com ênfase do povo Tupi, seus rituais de caça e guerra. Além de textos complementares para instigar a curiosidade dos alunos, e mostrar como era a vida antes dos portugueses chegarem. A obra relata pontos importantes da história, mas sem deixar os indígenas de fora do processo histórico, pois retrata sempre a participação dos mesmos na construção histórica, apresentando os processos conquistados através de suas lutas políticas para conquista de seus direitos.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos capazes de organizar uma nação. O livro didático traz diversas figuras históricas como: a chegada de Cabral, logo mais adiante a chegada da família Real, Dom Pedro I na proclamação da independência. As imagens usadas no livro nos remetem a uma construção de identidade, o Dia do Fico, a criação romantizada de nacionalidade. Esse processo transcorre através de uma forma monárquica de nacionalização, onde D. Pedro I é mostrado como alguém que renunciou

⁶ Nação, país, território das palmeiras. Etimologia (origem da palavra pindorama). Do tupi pindó-rama/ pindó-retama.

a corte portuguesa para permanecer na colônia, no entanto esse processo é distinto, pois realmente houve a ruptura, mas não completa.

A proclamação da independência é construída a partir de um príncipe português, herdeiro do trono de Portugal. Nesse sentido Portugal teve seu percentual na criação de uma identidade nacional. A nação, portanto, é vista como uma comunidade de destino, acima de classes, religiões, mas é preciso adquirir consciência de unidade. A narrativa, entendemos aqui como um resgate, de lembranças e acontecimentos de nossos ancestrais, que nos dão sentido no momento atual. Para que haja o sentido de identidade nacional, é preciso fazer essa articulação de pensamentos. O livro didático consegue fazer essa articulação, reconstruindo a consciência histórica dos indivíduos, pois resgata momentos importantes da história do país.

Entendemos que a construção da narrativa se dá pela experiência do tempo, para isso ocorre uma reconstrução mental da mudança temporal. A formulação da consciência histórica deve-se ao resgate de experiências vividas. Através desse acontecimento serve para articulação do auto entendimento e orientação do sujeito, pois com isso os processos da vida prática podem ser compreendidos, pois constitui um sentido a experiências do indivíduo em questão.

Pode-se descrever a operação mental com que a consciência histórica se constitui também como constituição do sentido da experiência do tempo. Trata-se de um processo de consciência em que as experiências do tempo são interpretadas com relação às intenções do agir. (RÜSEN, 2001, p. 59)

O livro didático é o suporte (não o único) de cada docente, e escolher bem o livro é uma forma de fazer política, no sentido de ter a autonomia de conhecer o material que irá ser trabalhado com os alunos. Neste sentido a coleção do Projeto Araribá História, desempenha o processo de ensino aprendizagem. A organização do livro, por mais que tenha uma forma tradicional de abordagem a certos conteúdos, ele abre mão de uma ótica voltada para somente para a Europa e retrata a história de forma temporal.

A identidade indígena, é representada de forma constante. Os conflitos entre espanhóis, ingleses e franceses na Europa não são tidos como absolutos, o enfoque nos povos originários continua. O material didático deixa claro que a identidade indígena se faz presente no Brasil, e fez parte da construção de uma nação. O território que nos encontramos hoje, já existia muito antes da chegada dos portugueses, e o material de apoio faz questão de lembrar isso aos alunos. Não era uma terra desabitada ou desértica, milhares de nativos morreram após a chegada dos portugueses.

Outro ponto de vista interessante, encontra-se na unidade 6 do livro da 8ª série do ensino fundamental. A apresentação do tema “*Independência do Brasil e o Primeiro Reinado*” consiste em uma imagem de um dos jogos da seleção brasileira na copa do mundo de 2014, e logo ao lado um trecho da música “*Aquarela do Brasil*” de Ary Barroso. A construção da identidade nacional e ideia de nação, atualmente passa por esses dois aspectos. Outros países entendem que a construção da identidade do Brasil consiste em apenas futebol e samba, o livro didático traz essa imagem como forma de reflexão aos alunos, logo acima há o questionamento sobre o que é ser brasileiro e o que os mesmos entendem por identidade.

Segundo Mello (2006) “Essa concepção da mistura como o jeito de ser brasileiro apodera-se das consciências das massas por meio do futebol e da música popular.” As práticas culturais, ritos, simbologia que esses dois exemplos trazem para constituir a identidade nacional. Conforme Stuart Hall: Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte. (HALL, 2006, p. 52)

A utilização de mapas e a iconografia, relacionam-se de uma forma muito equilibrada, pois mexe com o imaginário dos alunos. Auxilia a compreensão do conteúdo, há uma ligação com o campo da geografia, de um modo analítico essa interdisciplinaridade que o livro traz cria um ambiente leve para o desenvolvimento do ensino aprendizagem, respeitando o tempo de cada aluno. O contexto com a atualidade, de exemplificar com o cotidiano do aluno facilita ainda mais o trabalho.

[...] Os manuais didáticos praticamente não se alteram, os estudantes continuam decorando nomes de faraós egípcios e presidentes brasileiros, batalhas napoleônicas ou vitórias brasileiras na luta contra os “ferozes” paraguaios. Histórias de reis, heróis e batalhas, redutoras do homem à categoria de objeto ínfimo no universo de monstros grandiosos que decidem o caminho da humanidade e o papel de cada um de nós, simples mortais (PINSKY, 2009, p. 11).

A modernidade chegou aos livros didáticos, saímos dos anos 70, do período ditatorial, onde ir contra a tendência vigente sobre os livros didáticos era algo perigoso. Se formos parar e pensar, a história se for contada da mesma forma, do mesmo jeito e com os mesmos fatos, se torna alienante. A obra tenta aguçar o espírito de questionamento sobre os fatos históricos, e os do cotidiano. As atividades propostas pelo projeto são uma das grandes auxiliadoras para que haja essa construção no discente.

O embate é importante para os alunos, pois o confronto irá fazê-los querer mais, a sala de aula é mais que somente o conhecimento do professor, pois ele não é o detentor de todo saber, não é algo absoluto externo ao aluno, é uma prática de construção constante. Seu senso crítico eleva-se de nível a ponto de ele criar sua própria consciência sobre os fatos, em outras palavras, levam para a emancipação como ser social e atuante da história.

Entramos, em um fato já abordado até aqui, as formas de cultura atuante e exclusão. O indivíduo que conta sua própria história, desenvolve-se para sua conscientização, mas quem são esses indivíduos atuantes. A educação era para ser distribuída igualmente entre todas as classes, no entanto quem detém condições de vida estável, consegue desenvolver seu capital cultural. Por outro lado, a sociedade, com o seu poder de dismantelar as minorias, fecha as portas para os sujeitos que não tem as mesmas condições sociais. A precarização da educação e com os professores são outro fator que interfere na estruturação do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Livros didáticos possuem o poder de incentivar o aluno a ter novos horizontes com um bom material. Um livro no qual incentiva quem o manuseia a ter um pensamento crítico, a realizar análise sobre as fontes, fazer a ligação entre a história e outras áreas do conhecimento é um ótimo recurso para a construção de um aprendizado de qualidade. Nessa coleção identificamos como ponto principal o enaltecimento da comunidade indígena, fato importante na construção da identidade nacional, pois estamos tratando do povo originário, que habita o Brasil a muito tempo, e que muitas vezes não possui destaque nas obras.

A obra em questão, conta de forma muito lúcida a história, desde os primeiros povos até a modernidade. Entendemos que o livro didático não é o único material a ser usado pelos docentes como forma de apoio, que há outras fontes e outros recursos. No entanto em alguns casos as escolas não têm outras formas de recursos, não há internet por exemplo. Por questão de divergências como essa a escolha do material de apoio é muito importante, o docente saber escolher o melhor material que auxilie o desenvolvimento do ensino aprendizagem. A forma que é apresentado a construção do Brasil e a ênfase nos povos que já residiam aqui, nos faz perceber que a história do país não gira em torno somente dos povos europeus.

Essa consciência que os livros trás, constrói uma visão crítica nos alunos, pois saem da forma alienante que é muito frisado, a visão eurocêntrica da história. Como abordado anteriormente, o ato de escolha do livro é um ato político e de resistir aos diversos ataques que

a educação vem sofrendo. A identidade na contemporaneidade tornou-se um produto, a educação se tornou um produto, algo desigual.

REFERENCIAS

APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). **Projeto Araribá História 6 a 9º ano**. Editora Moderna. 4ed. São Paulo, 2014

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. São Paulo, 1993. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

BRASIL. EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04/2015 – CGPLI. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional Do Livro Didático PNLD 2018**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=39561-pnld-2018-edital-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07/2019.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.244, 1942**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07/2019.

CHOPPIN, Alain. **Revista a História da Educação**. Vol. 6, Nº.11 (jan/jun.), 2002.

Da SILVA, Jeferson Rodrigo. DE ANÔNIMO A BEST-SELLER: digressões sobre o sucesso do Projeto Araribá - História no PNLD de 2008, **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 2, p105. jul./dez. 2012

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: Florianópolis Colted e a Fename. **História Educação**. Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 85-102, jan.-abr., 2015.

FIORIN, João Luiz. A construção da identidade nacional brasileira - Bakhtiniana. **Revista de Estudos do Discurso**, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Editora Papirus, São Paulo, 2003

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

MATOS, Júlia Silveira. A história nos livros didáticos: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico. **Revista Historiæ**, Rio Grande, v. 3, n. 1, p. 51-74, 2012.

MELO, Victor Andrade de. Garrincha x Pelé: Futebol, cinema, literatura e a construção da identidade nacional. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 281-285, out.-dez. 2006.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2001.

RÜSEN, Jorn. **Razão Histórica. Teoria da História: Fundamento da ciência histórica**. Brasília: Editora: Universidade de Brasília. 2001.

WENDT, Wanessa Tag. **A república nos livros didáticos de História da Era Vargas (1938 - 1945)**. Porto Alegre, 2015. Dissertação de Mestrado em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.